

CORREIO POLÍTICO

POR
RUDOLFO LAGO

Reprodução/Vídeo



Seguro obteve os votos dos moderados em Portugal

O cravo e a barba

A vitória de Antonio José Seguro como novo presidente de Portugal animou por aqui a turma da esquerda. Mas, para alguns, é possível que o famoso “Efeito Orloff” se dê nesse caso ao contrário. Para quem nasceu depois, o “Efeito Orloff” era o centro de uma antiga propaganda de vodca. O anúncio dizia que a tal vodca não dava ressaca. Então, na propaganda, o sujeito se olhava no espelho e via seu reflexo feliz com a cara saudável, que lhe dizia: “Eu sou você amanhã”. Mais tarde, o tal “Efeito Orloff” foi muito usado por economistas para dizer que fenômenos econômicos que aconteciam no mundo se davam depois no Brasil. No caso de Seguro, pode ser que agora lá em Portugal tenha se dado o que houve aqui em 2022.

Mais Seguro mesmo

Corre em Portugal a piada de que talvez nunca candidatos à Presidência tenham tido nomes mais apropriados. Seguro apresentou-se no segundo turno exatamente como alguém que, em caso de vitória, representaria mais moderação, mais prudência, mas segurança. Deixando para seu adversário, o ultradireitista André Ventura, do Chega, a ideia de que, de fato, era a representação da aventura, do imponderável.

Ricardo Stuckert/PR



Lula vislumbra um clima de guerra nas eleições

Fim do Lula paz e amor

Com isso, o socialista angariou no segundo turno em Portugal, os votos do centro, derrotando o adversário de direita. Como Lula em 2022. Na disputa com o ex-presidente Jair Bolsonaro, Lula no segundo turno acabou marcando em torno de si a ideia de que era a opção mais segura, mas confiável, diante dos riscos de ruptura democrática que Bolsonaro representava. Foi, então, o nome do centro, obtendo o apoio de figuras como a hoje ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), terceiro lugar naquela eleição.

Os riscos destas eleições

Dois importantes analistas políticos têm alertado para os riscos das eleições de outubro para Lula. O cientista político Antonio Lavareda considera que toda eleição em dois turnos é sempre um risco para o “incumbente” (como os cientistas políticos costumam designar aquele que disputa no cargo). O marqueteiro João Santana considera que, no caso das eleições deste ano, há mais.

Conformação

João Santana, que fez a campanha de Lula em 2006 e as de Dilma Rousseff em 2010 e 2014, considera que a conformação política de outubro será bem diferente da de 2022, quanto aos candidatos que enfrentarão Lula na disputa. Não haverá agora nomes do centro que possam depois compor com Lula.

Adversários

Todos tendem a ser adversários dele. Quem não estiver no segundo turno tende a apoiar aquele que for disputar com o atual presidente. E avalia-se que um eleitor que não vote em Lula no primeiro turno dificilmente venha a votar nele no segundo. E Lula já parece ter se dado conta de que desta vez será diferente.

Na Bahia

Foi por isso que, na Bahia, ao fazer o lançamento da sua pré-campanha à Presidência, Lula tenha dito que, desta vez, acabou o “Lulinha Paz e Amor”. Ele enxerga uma eleição na qual mais provavelmente terá que tentar defender o que fez. Tarefa que, para dar certo, terá que superar sua alta rejeição.

Desunião

Assim, as chances de Lula para além do seu campo tradicional à esquerda poderão vir da desunião que hoje se verifica no campo da direita, podendo vir a comprometer ou dificultar as chances em locais onde a vitória pareceria fácil. Como o que acontece em Santa Catarina e o que se verifica também no Distrito Federal.

Palanques

É apostar que a desunião produza problemas para a formação de palanques regionais. Por exemplo: para onde irá o MDB de Santa Catarina depois que se viu fora da chapa de reeleição do governador Jorginho Mello (PL)? Mas como fazer com que essa confusão perdure para ajudar Lula no segundo turno?

Logo

Nas redes sociais, João Santana divulgou vídeo recente no qual afirma sempre ter dito a Lula que imaginar uma vitória já no primeiro turno era algo quase impossível. Agora, porém, Santana diz que Lula deveria se esforçar para conseguir ganhar na primeira volta. Porque a segunda será bem complicada.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Cármen Lúcia tenta reduzir resistência ao Código de Ética

Cármen Lúcia tenta destravar Código

Relatora tenta ampliar apoio a normas éticas para o STF

Por Beatriz Matos

Estratégia

Apesar das resistências internas, a ministra Cármen Lúcia parece avançar nas articulações para destravar a criação de um Código de Ética para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

O movimento ocorre em um momento de maior pressão sobre a Corte, em meio às investigações envolvendo o Banco Master, que ampliaram a fiscalização pública sobre a conduta de integrantes do tribunal.

Na última semana o presidente do STF, Edson Fachin, designou a ministra Cármen Lúcia como relatora da proposta. A escolha foi interpretada, nos bastidores, como uma tentativa de conferir institucionalidade ao debate e reduzir ruídos internos, após impasses que impedem o avanço do tema.

O debate sobre o código ocorre em paralelo ao avanço das apurações sobre fraudes atribuídas ao Banco Master, caso que colocou o STF no centro das atenções e intensificou cobranças por regras mais claras de conduta. A crítica pública à atuação de ministros reacendeu a defesa de parâmetros objetivos sobre conflitos de interesse e comportamentos vedados.

Como parte da ofensiva, Cármen Lúcia tem levado o tema também ao âmbito eleitoral. Nesta semana, na condição de presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ela deve se reunir com os presidentes dos 27 Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) para apresentar um conjunto de recomendações éticas a juízes eleitorais. As sugestões incluem a vedação ao recebimento de presentes, a proibição de participação em eventos com candidatos e a restrição a manifestações de preferência política, inclusive em redes sociais.

Internamente, porém, o consenso ainda está distante. O ministro Alexandre de Moraes reagiu às críticas e sustentou que já existem vedações legais suficientes para impedir conflitos de interesse, classificando como “má-fé” acusações de permissividade. Já o ministro Dias Toffoli, relator do inquérito sobre o Master, defendeu a autocontenção judicial, mas argumentou que magistrados podem manter patrimônio e participação societária, desde que não exerçam gestão.

Nos bastidores, a resistência ao código diminuiu, mais concentrada em Moraes e Toffoli. Outros ministros, como André Mendonça, Luiz Fux e Cristiano Zanin, poderiam aceitar a proposta, a depender do conteúdo final.